SERVIÇOS PARA A PREPARAÇÃO DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ESPANHA – PORTUGAL (POCTEP) 2021-2027

LOTE Nº 1: ANÁLISE DAS NECESSIDADES DO TERRITÓRIO, ESTRATÉGIA CONJUNTA E ELABORAÇÃO DO PROGRAMA.

PROJETO DE ESTRATÉGIA CONJUNTA E PROJETO DE ESTRUTURA DO PROGRAMA

JANEIRO 2021

ÍNDICE

1. Apresentação 4

2. Estratégia do programa: principais desafios em matéria de desenvolvimento e respostas políticas 5

2.1. Zona do programa 5

2.2. Resumo dos principais desafios conjuntos 7

- Metodologia aplicada à identificação dos desafios conjuntos 7
- Desafios conjuntos do espaço transfronteiriço Espanha-Portugal 11
- Lógica da intervenção e proposta de atuação 17

2.3. Justificação dos Objetivos Políticos, os Objetivos Específicos Interreg, as prioridades corresp ndentes e os Objetivos Específicos selecionados 27

2.4. Alinhamento do Projeto de Estratégia Conjunta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o avanço na aplicação da Agenda 2030 na União Europeia 40

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Proposta de estrutura de lógica da intervenção Programa Interreg Espanha-Portugal (POCTEP) 2021-2027. 25

Tabela 2. Alinhamento da proposta de estrutura do POCTEP 2021-2027 com os ODS e suas metas. Contribuições diretas por OE. 41

Tabela 3. Contribuições diretas pelo conjunto do Programa aos ODS e suas metas. 45

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Espaço transfronteiriço Espanha-Portugal (NUTS 3) 5

Figura 2. Difusão no site POCTEP e RRSS sobre o questionário a entidades beneficiárias 10

Figura 3. Contribuição prevista do proposta do POCTEP 2021-2027 à Agenda 2030 da ONU através do avanço nos ODS. 40

1. Apresentação

Este documento, denominado "Projeto de Estratégia Conjunta", faz parte dos trabalhos preparatórios do Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP) 2021-2027 que estão a ser coordenados por parte da Autoridade Nacional de Espanha e da Autoridade Nacional de Portugal, contando com a assistência técnica de CONSIDERA S.L.

A estrutura e conteúdo do "Projeto de Estratégia Conjunta" foram desenhados e elaborados tomando em consideração os termos previstos no Caderno de Especificações Técnicas correspondentes à contratação deste serviço de assistência técnica e a regulamentação que rege os Fundos Comunitários para o período 2021-2027, mais especificamente:

- Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições específicas relativas ao objetivo de Cooperação Territorial Europeia (Interreg), financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelos instrumentos de financiamento externo. COM (2018) 374 final.
- Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao Fundo de Coesão. COM (2018) 372 final.
- Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições comuns sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu Mais, o Fundo de Coesão e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e regras financeiras para estes Fundos e o Fundo para o Asilo e a Migração, o Fundo para a Segurança Interna e o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos. COM (2018) 375 final.
- Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à criação de um mecanismo para remover os obstáculos jurídicos e administrativos num contexto transfronteiriço. COM (2018) 373 final.

O período de redação do documento corresponde aos meses de outubro de 2020 e janeiro de 2021.

2. Estratégia do programa: principais desafios em matéria de desenvolvimento e respostas políticas

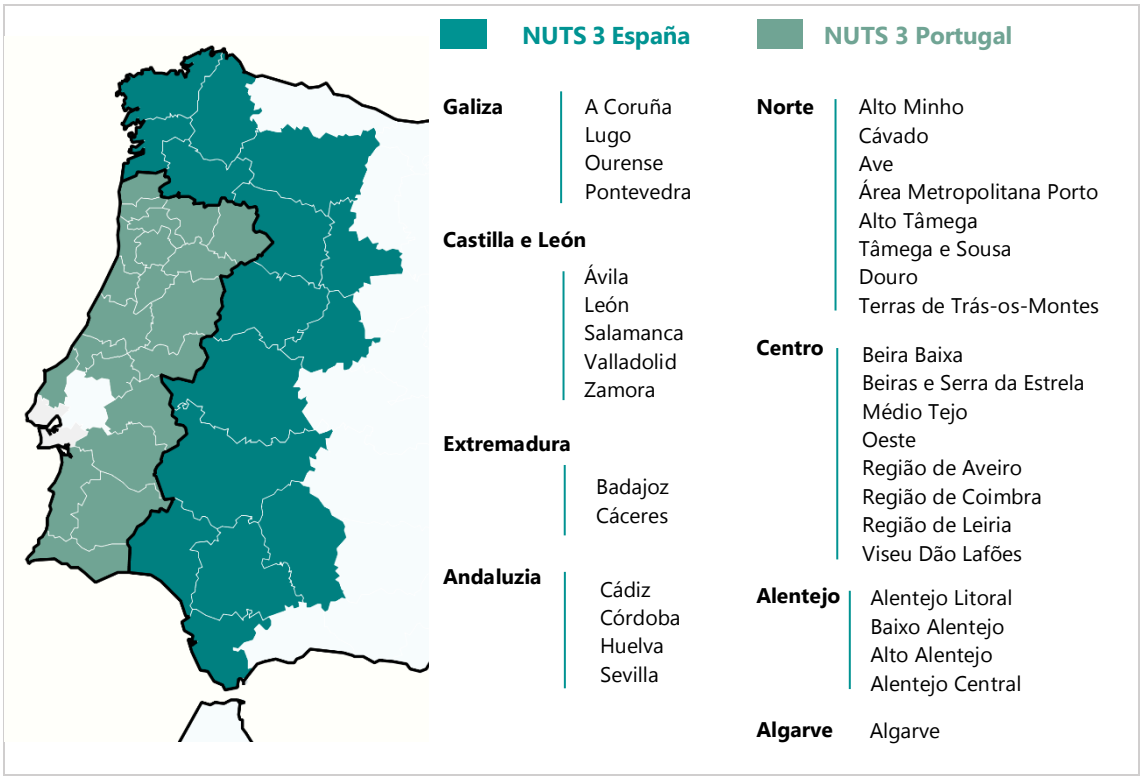
2.1. Zona do programa

O espacio transfronterizo de cooperação Espanha-Portugal está localizado no extremo sudoeste da União Europeia e está conformado por um total de 36 **NUTS 3** pertencentes a ambos países[1]:

- **Espanha**: A Coruña, Lugo, Ourense, Pontevedra, Ávila, León, Salamanca, Valladolid, Zamora, Badajoz, Cáceres, Cádiz, Córdoba, Huelva, Sevilla.
- **Portugal**: Alto Minho, Cávado, Ave, Área Metropolitana de Porto, Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Douro, Terras de Trás-montes-vos-, Algarve, Oeste, Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiría, Viseu Dão-Lafões, Beira Baixa, Médio Tejo, Beiras e Serra dá Estrela, Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo.

O espaço de cooperação encontra-se estreitamente **vinculado à fronteira** entre os dois países que, com uma extensão total de 1.234 quilómetros que se estendem direção norte-sul a quase todo o longo da península, é a mais longa de Europa.

Figura 1. Espaço transfronteiriço Espanha-Portugal (NUTS 3)



Fonte: Elaboração própria.

Os territórios fronteiriços abarcam uma extensão de 239.430,6 quilómetros quadrados, representando 5,25% da superfície total da UE27.

[1] No momento de elaboração deste documento não se tinha ainda especificado o espaço final de ação do futuro POCTEP 2021-2017, pelo que se tomou como referência o mesmo espaço de cooperação do período anterior (2014-2020).

Praticamente todo o território português se encontra incluído no espaço de cooperação, à exceção da Área Metropolitana de Lisboa e Lezíria do Tejo, supondo a parte portuguesa do espaço de cooperação mais do 68% de todo seu território nacional.

Os territórios espanhóis pertencentes ao espaço transfronteiriço (15 províncias de quatro comunidades autónomas: Andaluzia, Extremadura, Castela e León e Galiza) representam um terço (33,8%) da superfície total do país.

2.2. Resumo dos principais desafios conjuntos

• Metodologia aplicada à identificação dos desafios conjuntos

O desenho e formulação da Estratégia Conjunta de Cooperação Territorial, documento que deve guiar a aplicação do FEDER durante o período 2021-2027 no espaço transfronteiriço de Espanha-Portugal, decorre de um complexo processo de recompilação e análise de informação, e de reflexão, sobre a situação e necessidades atuais do espaço de cooperação.

À informação obtida das diferentes fontes às quais se recorreu, e que se descrevem a seguir, foi aplicada a técnica de "triangulação de dados", ficando os resultados finais recolhidos no documento "Análise de necessidades de território transfronteiriço Espanha-Portugal".

As tipologias de fontes de informação utilizadas foram as seguintes:

- Fontes estatísticas oficiais.
- Documentos de programação e avaliação dos POCTEP executados nos quadros de programação anteriores.
- Documentos estratégicos com incidência na área de cooperação (a nível nacional, regional e subregional) e estratégias macrorregionais e de bacias marinhas.
- Resultados da aplicação de ferramentas de participação a agentes políticos, económicos e sociais presentes no território fronteiriço.

Fontes estatísticas oficiais

Uma parte importante da análise da situação do espaço de cooperação realizou-se a partir dos dados correspondentes ao ano mais recente disponível e da evolução registada na última década dos indicadores quantitativos mais representativos de cada um dos âmbitos temáticos abordados (território, população, tecido produtivo, capital humano, mercado de trabalho, I+D+i, meio ambiente, infraestruturas, digitalização, etc.).

A maior parte dos dados utilizados foram extraídos do EUROSTAT, com o objetivo de assegurar uma fonte homogênea, e os dados agregáveis e comparáveis entre cada uma das 36 NUTS 3 que conformam o espaço transfronteiriço de atuação. Não obstante, nos casos de indisponibilidade ao nível territorial NUTS 3, utilizaram-se como valores proxy os dados a nível NUTS 2 e, só em ocasiões pontuais, se recorreu à análise de dados de âmbito nacional de Espanha e Portugal.

Também se analisaram dados publicados por outras entidades produtoras de estatísticas oficiais como o Instituto Nacional de Estatística de Espanha, o Instituto Nacional de Estatística de Portugal, o Observatório das Ocupações do Serviço Público de Emprego Estatal, Observatório transfronteiriço Espanha-Portugal (OTEP) ou o European Observation Network for Territorial Development and Cohesion (ESPON).

Documentos de programação e avaliação dos POCTEP executados nos quadros de programação anteriores

Outra informação destacada extraiu-se dos documentos de programação e avaliação dos POCTEP correspondentes aos períodos de programação 2007-2013 e 2014-2020, a partir dos quais se extraíram conclusões sobre experiências anteriores relevantes para a nova proposta de programação.

Tiveram-se especialmente em conta, pela proximidade temporal, as recomendações recolhidas nas avaliações realizadas durante o ano 2019 sobre eficácia e eficiência na execução, e sobre a estimativa dos impactos preliminares do Programa de Cooperação Interreg V-A Espanha-Portugal POCTEP 2014-2020.

Documentos estratégicos com incidência na área de cooperação (a nível nacional, regional e local)

É relevante destacar que no período de elaboração do projeto de Estratégia Conjunta e proposta da estrutura do Programa, não se encontram disponíveis os documentos preparatórios dos Acordos de Associação para os países de Espanha e Portugal correspondentes ao período 2021-2027.

Esta indisponibilidade de documentos estratégicos que conformarão o quadro de referência de cada território para a utilização dos Fundos Comunitários, em relação às prioridades identificadas de uma maneira efetiva e eficiente, pode ter como consequência a necessidade de modificar alguns aspetos desta proposta para reforçar o alinhamento do POCTEP com as políticas nacionais e regionais com incidência no território transfronteiriço[2].

Não obstante, tiveram-se em conta os principais referentes estratégicos disponíveis que incidem na área de cooperação para o conjunto do território:

- Border Orientation Paper Spain-Portugal. DG REGIO. 2019
- Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço entre Espanha e Portugal. Governos de Espanha e Portugal. Setembro 2020.
- Resoluções da cimeira entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Federação Espanhola de Municípios e Províncias. Março de 2019.
- Documento final do Grupo de Trabalho 1 (GT1) sobre cooperação Transfronteiriça Hispano-Portuguesa. Associação Nacional de Municípios Portugueses e Federação Espanhola de Municípios e Províncias. Junho de 2018.

Deste modo, foi analisada e tida em consideração uma ampla variedade de documentos sobre planeamento e estratégias territoriais e sectoriais com incidência no espaço transfronteiriço[3].

[2] Em fases futuras da programação do POCTEP 2021-2027 estabelecer-se-á contacto com as autoridades regionais responsáveis por programas operacionais de fundos europeus (Galiza, Castela e León, Extremadura e Andaluzia em Espanha e Norte, Centro, Alentejo e Algarve em Portugal) e, se se considerar oportuno, com as Autoridades Nacionais responsáveis pela elaboração dos Acordos de Associação em Espanha e Portugal.

[3] Estes documentos foram recompilados pelas diferentes Unidades de Coordenação do POCTEP e remetidos às respetivas Autoridades Nacionais. Pode consultar-se a relação completa de documentos no anexo do documento "Análise de necessidades do território transfronteiriço Espanha-Portugal".

Deste conjunto de documentos destacam-se os seguintes, seja por terem um horizonte temporário coincidente (2021-2027) ou por abordarem alguma das temáticas-chave recolhidas nos objetivos específicos que podem ser abordados a partir dos programas Interreg (como é o caso das Estratégias de Especialização Inteligente-RIS3, com as que contam as regiões que fazem parte do espaço transfronteiriço).

- Estratégia Andaluza de Desenvolvimento Sustentável (EADS 2030). Consejería de Medio Ambiente y Ordenación del Territorio. Junta de Andaluzia. 2018.
- Estratégia de economia verde e circular de Extremadura 2030. Junta de Extremadura.
- Plan de Investimentos Conjuntos (PIC) da Eurorregión Galicia-Norte de Portugal (2021-2027).
- Propuestas para a melhora do Programa de Cooperação Espanha-Portugal no período 2021-2027. Eixo Atlántico de Noroeste Peninsular.
- Reactivación da Cooperação de proximidade na fronteira do Norte de Portugal com Galiza. Resposta aos efeitos da COVID-19. A gosto de 2020. AECT Galicia Norte de Portugal
- Plano Regional Integrado de Energia e Clima 2019-2023 para o desenvolvimento e implantação da Estratégia Galega de Mudança Climática e Energia 2050. Xunta de Galicia.
- Contributos CLEF 2020. Comunidades de trabalho CENCYL – Centro-Castilla y León e NORCYL – Castilla y León – Norte. Setembro 2020.
- A Região do Norte e ou próximo período de programação comunitária uma reflexão estratégica. Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional (POR) do Norte e CCDR-N. Novembro 2019.
- Estratégia Regional Alentejo 2030.
- Algarve 2030. Estratégia de Desenvolvimento Regional. Construir ou futuro. Versão aprovada na reunião do Conselho Regional do Algarve. Setembro 2020.
- Agenda Regional. Economia circular. Algarve.
- Visão estratégia para a Região Centro 2030: CCDRC. Setembro 2020.
- Estratégia relativa à Eurorregión Alentejo-Centro-Extremadura "EUROACE 2020".
- Programa Nacional para a Coesão Territorial. Unidade de Missão para a Valorização do Interior. República Portuguesa.
- Plano Estratégico de Cooperação entre a Região Centro de Portugal e Castilla y León. Estratégia CENCYL2020. Comunidade de Trabalho Castilla y León-Centro de Portugal (CENCYL).
- Plano de ação para a melhoria dois instrumentos de política regional em matéria de valorização dois recursos culturais dás áreas de montanha transfronteiriças. Relatório Final, 12 de junho de 2019.

Estratégia Macrorregional Atlântica

Tal como ocorreu com os Acordos de Associação nacionais e os programas operacionais regionais, esta Estratégia encontra-se em nova fase de programação, embora se tenham registado progressos para que a macrorregião valorize o seu carácter marítimo, ligando-a ao potencial de inovação associado às áreas comuns de especialização inteligente identificadas nas regiões atlânticas, bem como às questões relacionadas com à conectividade dos territórios atlânticos. Do mesmo modo, a sua governança deve incluir a dimensão multinível, integrando as regiões atlânticas no seu governo.

Resultados da palicação de ferramentas de participação a agentes políticos, económicos e sociais presentes no território fronteiriço

No processo de elaboração do documento diagnóstico e proposta de Estratégia Conjunta foi aplicado o princípio de governação multinível, utilizando-se ferramentas de participação ativa para a deteção de necessidades no território. Mantiveram-se 18 reuniões com as entidades membros do Comité de Acompanhamento do POCTEP 2014-2020 que incluía entidades com os seguintes perfis:

- Representantes da cada Estado Membro.
- Unidades de coordenação regionais.
- Representantes de municípios.
- Agentes económicos e sociais.
- Autoridades nacionais ambientais.
- Autoridades nacionais em matéria de igualdade.

Também se realizou um inquérito de opinião dirigido a entidades que operam no espaço de cooperação e que foram beneficiárias de ajudas para o desenvolvimento de projetos nas convocatórias do POCTEP 2014-2020.

A consulta realizou-se utilizando uma ferramenta online, o permitiu obter informação de um amplo espectro de agentes-chave do território diretamente implicados no desenvolvimento dos projetos: atores sociais, agentes institucionais, agentes do conhecimento e tecnológicos e tecido produtivo.

Além do envio direto da ligação para o questionário online por correio eletrónico, a participação apoiou-se também na publicação nas contas do POCTEP nas redes sociais de uma comunicação dedicada, conseguindo desta maneira uma ampla difusão do inquérito lançado.

Figura 2. Difusão no site POCTEP e RRSS sobre o questionário a entidades beneficiárias

Fonte: Secretariado Conjunto POCTEP 2014-2020.

Os dados finais de participação ascendem a um total de 312 respostas por parte de 265 entidades beneficiárias, o que implica que se atingiu uma taxa de resposta de 38,7%.[4].

Finalmente, assinala-se que em todo o processo de elaboração do documento "Análise de necessidades de território transfronteiriço Espanha-Portugal" e do projeto de Estratégia Conjunta e Proposta do Programa, se teve em consideração a normativa europeia apropriada (propostas de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre disposições comuns, FEDER e Interreg, e seus anexos), e existiu uma estreita colaboração com os responsáveis pela elaboração do Documento Inicial Estratégico correspondente aos trabalhos preparatórios da Avaliação Ambiental Estratégica do POCTEP 2021-2027.

- **Desafios conjuntos do espaço transfronteiriço Espanha-Portugal**

Os resultados da "Análise Transfronteiriça Espanha-Portugal das Necessidades" demonstraram que, embora a situação global no espaço tenha melhorado nos últimos anos, subsistem fragilidades em que a cooperação transfronteiriça pode ser uma parte fundamental da sua superação.

Ainda mais tendo em conta que a situação de crise sanitária gerada pelo surgimento na cena global da COVID-19, que tem vindo a afetar o território desde o início de 2020, está a ter um impacto significativo em termos de desaceleração económica e aumento das desigualdades sociais (causadas pela paralisia da economia, destruição das empresas e emprego, encerramento de serviços de saúde e assistência social, etc.).

Por conseguinte, o relançamento da economia e a recuperação do emprego, juntamente com a prestação de serviços sociais e de saúde de primeira classe, são os principais desafios a enfrentar na zona fronteiriça a curto e médio prazo.

Não obstante, este programa tem um longo período de execução, que deve transcender esta crise, que supostamente é conjuntural, e deve abordar outros desafios e necessidades identificados em domínios como o declínio demográfico, a competitividade das empresas, a digitalização, o ambiente, o desenvolvimento local ou uma melhor governação.

No que respeita aos desafios identificados na área transfronteiriça diretamente relacionados com os 5 Objetivos Políticos (OPs) que irão impulsionar o investimento da UE no período 2021-2027.

- No âmbito do **OP1 "Uma Europa mais inteligente, promovendo uma transformação económica inovadora e inteligente**" pretende-se atingir progressos principalmente no fortalecimento das relações entre o tecido produtivo e os agentes que compõem o sistema de I&D+I de cada território, promovendo a consolidação de uma nova sociedade em que o conhecimento e a inovação são configurados como elementos centrais do desenvolvimento.

  Mas para que esta nova realidade seja viável, é necessário primeiro superar desafios mais concretos relacionados tanto com as características da empresa como com o próprio sistema de I&D+I.

[4] O erro máximo para um nível de confiança de 95% foi de 4,72%.

Como referido, a situação económica na zona transfronteiriça viu-se severamente afetada desde março de 2020 pela situação de alerta sanitário pela COVID-19 e todos os dados recentes, e perspetivas futuras, apontam para uma forte diminuição da produção e do emprego.

Mas não é só a crise sanitária a ter uma influência negativa. Já anteriormente se constatou um retrocesso da economia na área da cooperação NUTS 3 e no processo de convergência com a UE27 (situação particularmente negativa nas regiões espanholas relativamente às portuguesas).

Esta evolução negativa está também a agravar as diferenças territoriais internas, uma vez que as zonas mais favorecidas mantêm a sua dinâmica de crescimento positiva, enquanto as pior posicionadas continuam a afastar-se da média, pelo que as sinergias necessárias para alcançar um crescimento sustentado e equilibrado não estão a ser alcançadas e, consequentemente, o território de cooperação continua a ser uma área das "menos desenvolvidas" da Europa, de acordo com os critérios de classificação da política de coesão para o período 2021-2027.

A situação decorre, em parte, das características do tecido empresarial presente na zona, na sua maioria PME e microempresas com dificuldades de acesso ao financiamento, à inovação, à atração e à retenção de talento, e à internacionalização da sua atividade, entre outros fatores-chave.

Por conseguinte, a cooperação é particularmente importante como forma de alcançar a dimensão ideal para a realização de projetos que aumentem a capacidade de produção e inovação e melhorem a rentabilidade e a competitividade das empresas.

A especialização produtiva ocorre no sector terciário, mas existe um sector industrial, que gera uma parte importante do valor acrescentado e que tem um maior peso na área da cooperação do que nas economias estatais de ambos os países, pelo que o desafio deve ser a consolidação e transformação deste sector em indústria moderna, sustentável e digitalizada.

Melhorar a atratividade da área de cooperação através do dinamismo da economia, do crescimento e de novas iniciativas empresariais contribuirá, em sinergia com outras medidas, para facilitar a fixação da população e atenuar a tendência para o despovoamento.

No que diz respeito à digitalização, é significativo notar ser este também um grande desafio relacionado com a concretização de um território "mais inteligente", uma vez que a transformação digital afeta todos os setores da economia e está a mudar a forma de viver, trabalhar e comunicar.

De acordo com o Digital Economy and Society Index (DESI), a Espanha ocupa a 11ª posição na UE, alcançando um bom resultado na conectividade e nos serviços digitais, e Portugal cai para o 19º lugar, com baixos resultados de capital humano e integração da tecnologia digital, pelo que esta é uma área em que a cooperação transfronteiriça pode encontrar complementaridades e sinergias em ambos os lados da fronteira e melhorar em conjunto.

Em relação à situação de I&D+I na zona transfronteiriça, vale a pena notar que está dotada de importantes infraestruturas para a produção e transferência de conhecimento, principalmente entre as regiões fronteiriças da Galiza-Norte de Portugal e o Centro de Portugal-Castela e Leão e com uma especialização muito marcada na transferência de tecnologia ligada ao setor agrícola, biociência e recursos naturais.

No entanto, de acordo com o Índice Regional de Inovação, apenas duas regiões de Portugal (Centro e Norte) conseguem posicionar-se como fortemente inovadoras, enquanto as outras regiões do espaço de cooperação se situam a um nível moderado, salvo a Extremadura, que se encontra num nível inferior.

Por conseguinte, é evidente que existe uma ampla margem para melhorias neste domínio, especialmente na capacidade de converter resultados de investigação em opções comerciais viáveis, através dos vários instrumentos de proteção do conhecimento para a sua transferência.

Outro aspeto a melhorar é a baixa taxa de colaboração público-privada na produção e divulgação do conhecimento, que põe em evidência a fragilidade das relações entre os vários agentes do sistema científico, tecnológico e empresarial no território fronteiriço.

Por último, considera-se também um desafio aumentar as despesas de I&D, uma vez que a média relativa, medida como despesa per capita e percentagem do PIB, permanece longe dos valores da UE27, e aumentar também o peso relativo do pessoal de investigação em relação ao emprego total no território, incentivando este tipo de emprego entre as mulheres, dado que o fosso entre os sexos é muito acentuado.

- De uma perspetiva ambiental, vinculada diretamente com o desenvolvimento do **OP2 "Uma Europa mais verde e hipocarbónica, encorajando uma transição energética limpa e equitativa, os investimentos verdes e azuis, a economia circular, a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos",** o ponto de partida do espaço fronteiriço não é especialmente negativo, ainda que se devam enfrentar desafios importantes para avançar na consecução das metas estabelecidas pela UE nesta matéria.

  O primeiro grande desafio relaciona-se com a luta contra as Alterações Climáticas, que é uma realidade que está a afetar o planeta, e que deve se enfrentar desde todos os níveis territoriais, sendo fundamental a ação a escalas reduzidas em espaços concretos que partilham características e interesses comuns, como é o espaço transfronteiriço de Espanha e Portugal.

  Entre os fatores que incidem nas Alterações Climáticas destacam-se as emissões GEE, que tanto no caso de Espanha como de Portugal se situam ainda em valores longínquos do objetivo marcado pela UE na sua Estratégia EU2020 (-20%) e que apresenta um nível especialmente preocupante em Espanha relativamente a Portugal, apesar de que segundo os últimos dados oficiais (2019 para Espanha e 2018 para Portugal), as emissões têm baixado de maneira considerável com respeito a anos anteriores em ambos os países.

  Portanto, há que seguir atuando sobre esta matéria, com especial atenção às atividades produtivas que maior quantidade de gases GEE emitem no espaço transfronteiriço, que são o transporte, a indústria, a produção de energia e o setor primário.

  Neste sentido, identificam-se dois desafios vinculados à produção e consumo de energia que contribuirão de forma notável para atingir os objetivos de luta contra as Alterações Climáticas.

  Em primeiro lugar, incrementar o peso das energias renováveis sobre o consumo final bruto de energia. Apesar de ter aumentado nos últimos anos, os dados disponíveis mais recentes (2017) põem em dúvida que Espanha atinja o objetivo de 20% marcado pela UE para 2020, dado que se situava nos 17,45%, a mais de 2,5 pontos percentuais do objetivo. No caso de Portugal a situação é mais positiva, e em 2017 já se tinha atingido os 30,32%, bem perto do valor objetivo estabelecido pela UE para 2020 (31%).

Em segundo lugar, o outro desafio energético que deve enfrentar o espaço de cooperação transfronteiriço é a melhoria da eficiência energética, já que se deve seguir atuando na promoção da redução no consumo de energia primária em todos os âmbitos, ainda que especialmente no setor do transporte e indústria.

O uso da água é um aspeto de grande importância nas relações bilaterais entre Espanha e Portugal. A título de exemplo, refira-se que 20% da extensão da fronteira entre Espanha e Portugal é constituído por algum leito de rio, o que indica a relevância do recurso hídrico entre os dois países.

A maior parte da água destina-se ao consumo agrícola (60-70%), o consumo industrial que ascende a cerca de 20% e o uso doméstico responsável por cerca de 14% da procura. Deve-se continuar o trabalho na racionalização do consumo e na implantação de sistemas de abastecimento eficientes.

Também o território deve fazer face aos riscos naturais com maior impacto na zona, que são principalmente as secas, as inundações e os riscos de incêndios florestais. Especialmente no caso dos incêndios, já que o risco nos dois lados da fronteira se considera extremo, deve ter-se muito presente ao longo de todo o período de programação.

Outro grande desafio que une os objetivos ambientais e económicos num território é a implantação de modelos de desenvolvimento sustentável e congruente com os objetivos da Agenda 2030 de proteção das pessoas, do planeta e a prosperidade, que implica a transição de modelos lineares a modelos circulares ("ciclos naturais") com potencial de resolver problemas ambientais e gerar oportunidades de negócio e crescimento económico. O ponto de partida do espaço transfronteiriço é ainda débil mas cabe assinalar que se foi avançando com a aprovação de regulamentos e planos que tratam de impulsionar este modelo de produção e consumo.

Por último, destacar que deve continuar a ser um desafio de grande importância no período 2021-2027 a proteção dos espaços naturais integrados no território transfronteiriço. O espaço de cooperação destaca-se pela presença contínua de zonas protegidas pelas legislações de Espanha e Portugal e muitos delas apresentam figuras de proteção de âmbito internacional.

- Sobre o **OP3. "Uma Europa mais conectada, melhorando a mobilidade e a conectividade regional das TIC"**, distinguem-se dois tipos de desafios: os relacionados com a disponibilidade de infraestruturas e serviços de transporte e mobilidade e os relacionados com infraestruturas digitais e conectividade através da Internet.

  No que diz respeito às infraestruturas de transportes, a zona mais próxima da fronteira tem uma elevada eficiência da rede viária, o que implica uma boa qualidade das ligações rodoviárias da região, embora exista uma baixa densidade de rede.

  A disponibilidade de aeroportos no espaço de cooperação tem uma distribuição desequilibrada e uma limitada dimensão internacional (exceto Faro e Sevilha), embora não se possa considerar inadequada relativamente à dimensão da população.

  As infraestruturas portuárias têm uma capacidade significativa para o tráfego de mercadorias e um potencial significativo em termos de desenvolvimento de serviços logísticos, embora o potencial dos serviços logísticos seja limitado pela falta de ligação com o corredor atlântico.

No entanto, as deficiências são claramente percetíveis na densidade das linhas ferroviárias por quilómetro quadrado de superfície, especialmente em áreas como a Extremadura e o Alentejo e Norte, em Portugal, o que constitui um obstáculo à conectividade e à mobilidade entre os dois lados da fronteira.

Esta fraca ligação ferroviária junta-se ao reduzido desenvolvimento de serviços de transporte público transfronteiriços geridos conjuntamente na área de cooperação que permitam aos cidadãos deslocarem-se sem terem de recorrer ao veículo privado, pelo que é identificado como um importante desafio para melhorar a mobilidade na zona transfronteiriça.

Outro aspeto fundamental do transporte sustentável é a necessidade e a promoção de planos de mobilidade abrangentes e a promoção da utilização de veículos elétricos.

No que diz respeito à cobertura digital, as taxas de cobertura de banda larga da população na área de cooperação continuam aquém do objetivo da Estratégia Europa 2020 de atingir os 100%, especialmente em território português.

Quanto à utilização das TIC, é manifesta a necessidade de melhorar a posição do Índice de Economia e Sociedade Digital, especialmente nos domínios da integração da tecnologia digital e do capital humano, especialmente nas empresas, uma vez que a utilização de serviços em nuvem e de big data na área de cooperação transfronteiriça é inferior à média da UE.

- Quanto ao **OP4 "Uma Europa mais social, através da implementação do pilar europeu dos direitos sociais"** surgem diferentes tipos de desafios, como os decorrentes da evolução demográfica, dos níveis de formação da população, da situação do mercado laboral e das desigualdades sociais.

  Os recentes desenvolvimentos demográficos no espaço transfronteiriço têm aspetos negativos, como a perda de população em grande parte do território, o envelhecimento progressivo ou a baixa densidade populacional, o que pode criar riscos para a manutenção da vertebração territorial e da coesão social.

  Por conseguinte, o território fronteiriço enfrenta o desafio de um processo progressivo de envelhecimento da sua população, bem como o despovoamento de grandes áreas do interior, que se tornam menos atrativas tanto para a população local como para pessoas migrantes, em detrimento de áreas mais prósperas do ponto de vista económico e onde as oportunidades são maiores, especialmente para os segmentos mais jovens da população.

  Quanto ao nível de formação da população, os desafios identificados estão relacionados com a elevada percentagem da população economicamente ativa no estrato mais baixo do ensino (níveis 0 a 2 do ensino básico), especialmente entre os homens, e com o baixo peso da população com estudos técnicos médios-técnicos, tanto homens como mulheres, o que gera défices de mão de obra qualificada.

  É também um desafio para a área de cooperação fronteiriça reduzir as elevadas taxas de abandono escolar precoce e o número de jovens que não trabalham nem estudam, colocando um entrave ao crescimento económico, ao emprego e à produtividade na área de cooperação e aumentando o risco de exclusão social.

  No que diz respeito à situação do mercado de trabalho, assinala-se o desafio da redução da desigualdade de género existente e das desigualdades territoriais nas taxas de emprego e de desemprego.

  Neste contexto, é também muito relevante melhorar as condições dos trabalhadores transfronteiriços e o acesso aos serviços públicos de educação, saúde e assistência social.

- Em relação ao **OP 5. "Uma Europa mais próxima dos cidadãos, fomentando um desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras, e as iniciativas locais"** o desafio mais destacado do espaço transfronteiriço de Espanha e Portugal é conseguir que no espaço de cooperação se materializem atuações eficazes e eficientes e se consigam resultados tangíveis e mesuráveis, em resposta a desafios multitemáticos, por meio de intervenções de desenvolvimento integrado que implicam a necessidade de realizar intervenções simultâneas e interconectadas em diferentes setores.

No espaço transfronteiriço existem importantes diferenças intrarregionais, com dinâmicas económicas e demográficas divergentes entre as zonas de interior mais próximas da fronteira e aquelas mais afastadas, especialmente nas zonas costeiras, que requerem uma atuação diferenciada. Mas também no quadro destas diferentes realidades se identificam elementos que justificam que se atue em certas áreas com uma perspetiva mais integrada, enfrentando desafios que requerem intervenção com uma abordagem multissetorial, multinível e multiagente.

Neste sentido, identifica-se a necessidade de complementar as atuações de cooperação que se possam implementar focadas em setores específicos no espaço transfronteiriço com estratégias de menor escala territorial nas que tenham cabimento todos (ou uma parte importante) dos âmbitos de atividade económica e/ou social de forma integrada e com a aplicação de princípios de sustentabilidade em resposta a desafios multissetoriais comuns.

- No quadro do **OE-Interreg: "Uma melhor governação para os programas Interreg"**, identificaram-se desafios importantes no espaço fronteiriço, já que o facto de partilhar uma das fronteiras mais antigas da Europa nem sempre tem sido acompanhado de uma colaboração ativa.

A proliferação de instituições, organismos e estruturas criadas nos últimos anos (identificaram-se um total de 40 estruturas fronteiriças de carácter formal a nível regional e sub-regional, em diferentes âmbitos setoriais e geográficos) supõe a existência de uma importante complexidade institucional com estruturas que se sobrepõem ou coincidem temporalmente (Comunidades de Trabalho e AECT) e sobre o mesmo território (AECT e associações de entidades locais). Esta situação define o modelo de governação transfronteiriça multinível, pelo que deve se promover a articulação de uma rede de cooperação territorial entre elas.

Portanto, constitui-se como necessidade a melhoria da eficiência destas estruturas para amplificar o seu impacto no território, e para isso resulta fundamental tanto reforçar a coordenação entre as diferentes estruturas de cooperação numa mesma área fronteiriça que operam a diferentes níveis territoriais, como entre todas as que operam no espaço de cooperação, com o objetivo de maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis, evitar duplicidades e potenciar sinergias e complementaridades.

O baixo grau de desenvolvimento de serviços públicos conjuntos na zona fronteiriça evidencia também a existência de dificuldades na sua operacionalização, constituindo um desafio a ultrapassar.

A coexistência de línguas supõe uma mais-valia ao espaço de cooperação, embora nem em todos os territórios o nível de uso e compreensão na população atinja os mesmos níveis. A zona norte é caracterizada por uma maior permeabilidade linguística entre o espanhol, o galego e o português, em comparação com outras zonas fronteiriças do centro e sul de ambos os países em que se detectou uma certa fragilidade neste aspecto, pelo que avançou o conhecimento e uso das línguas é considerada um fator chave na criação de relações de confiança, otimizando o desenvolvimento de iniciativas conjuntas e melhorando a governança eficaz.

- **Lógica da intervenção e proposta de atuação**

Como resultado das análises descritas deste documento, e de acordo com o estabelecido na Proposta de Regulamento que estabelece disposições específicas relativas ao objetivo de Cooperação Territorial Europeia (Interreg), financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelos instrumentos de financiamento externo [COM (2018) 374 final] (Regulamento Interreg), apresenta-se a lógica da intervenção sobre a qual se desenvolverá a Estratégia Conjunta de Cooperação Transfronteiriça entre Espanha e Portugal durante o novo quadro de programação, e que se verá formalmente refletida no Programa Interreg Espanha-Portugal (POCTEP) 2021-2027.

Mais especificamente, seguindo a pauta marcada no Artigo 17 "Conteúdo dos programas Interreg" estabelece-se uma estratégia conjunta para a contribuição do futuro POCTEP 2021-2027 aos OP estabelecidos no artigo 4, apartado 1 do Novo RDC [COM(2018) 375 final] e aos Objetivos Específicos Interreg estabelecidos no artigo 14, apartados 4 e 5, do Regulamento Interreg.

Seleção Objetivos Políticos e Objetivos Específicos Interreg

Em conformidade com o mencionado Artigo 17 do Regulamento Interreg e atendendo às condições de "concentração temática" recolhidas no artigo 15 do mesmo Regulamento Interreg, foram selecionados um total de 4 Objetivos Políticos, propondo-se que a Estratégia Conjunta se fundamente nos seguintes:

- «Uma Europa mais inteligente, promovendo uma transformação económica inovadora e inteligente» (OP 1).
- «Uma Europa mais verde e hipocarbónica, encorajando uma transição energética limpa e equitativa, os investimentos verdes e azuis, a economia circular, a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos» (OP 2).
- «Uma Europa mais social, através da aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais» (OP4).
- «Uma Europa mais próxima dos cidadãos, fomentando um desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras, e as iniciativas locais» (OP 5).

Por sua vez, é de notar que esta abordagem estratégica também reforça o Objetivo Político PO3 ("Uma Europa mais conectada, melhorando a mobilidade e a conectividade regional das TIC"), fundamentalmente através das ações de cooperação transfronteiriça previstas para desenvolver o PO5 pelo seu carácter transversal e inclusivo, mas também com a melhoria no domínio da digitalização de empresas, cidadãos e instituições prevista no OP1.

Além disso, seguindo a diretriz estabelecida no artigo 14 no Regulamento Interreg, propõe-se que forme parte da estrutura de programação o:

- Objetivo Específico Interreg (ISO): «Uma melhor governação dos programas Interreg»

A justificação para a seleção dos OPs é baseada nos seguintes critérios

OP	Carácter	Justificação
«Uma Europa mais inteligente, promovendo uma transformação económica inovadora e inteligente» (OP 1).	Voluntário	Um fator determinante do crescimento económico e competitividade dos territórios é a inovação e a especialização produtiva. A zona de cooperação transfronteiriça tem melhorado progressivamente a sua capacidade de gerar conhecimento e inovação, mas mantém-se afastada dos valores médios da EU, verificando-se diferenças internas importantes que supõem uma barreira para um crescimento equilibrado. Superar estes desafios passa pela gestão partilhada do capital tangível e intangível do território, do seu capital humano e social. Por outro lado, as oportunidades para o crescimento e criação de novas iniciativas empresariais, a melhora da rentabilidade e produtividade, a abertura para outros mercados e a atratividade do espaço para o investimento deve-se basear nos sectores com uma alta especialização e diferenciação no mercado.
«Uma Europa mais verde e hipocarbónica, encorajando uma transição energética limpa e equitativa, os investimentos verdes e azuis, a economia circular, a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos» (OP 2).	Obrigatório	Independentemente da sua obrigatoriedade, o modelo de desenvolvimento de um território tem que ser sustentável, e tender para a descarbonização e circularidade, como garante de um sistema de produção e consumo equitativo, justo e sustentável. Não se pode adiar mais a adoção das estratégias necessárias para a luta contra as mudanças climáticas, tanto na perspetiva da mitigação, como da adaptação, investigação e sensibilização. Neste sentido a cooperação entre os territórios, especialmente os fronteiriços, é chave para consensuar um modelo que permita a proteção, conservação e gestão de riscos ocasionados tanto pelo clima como derivados da atividade humana.
«Uma Europa mais social, através da aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais» (OP4).	Obrigatório	Tal como para o OP2, independentemente da sua obrigatoriedade, considera-se chave articular a estratégia de intervenção em torno dos desafios e prioridades de uma Europa mais social. Neste sentido, e especialmente no curto e médio prazo, será determinante melhorar as condições para conseguir um mercado de trabalho transfronteiriço mais eficiente, tanto em termos de emprego, formação, e gestão de serviços e prestações. Outro elemento crítico será assegurar o acesso aos serviços básicos à população (mobilidade e gestão partilhada de serviços) em educação, saúde, cultura, lazer, etc., para promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas e garantir que podem em condições de igualdade de oportunidades exercer os seus direitos com vista ao seu desenvolvimento pessoal e profissional.

OP	Carácter	Justificação
«Uma Europa mais próxima dos cidadãos, fomentando um desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras, e as iniciativas locais» (OP 5).	Voluntário	A necessidade detetada de aplicar em determinadas áreas do espaço de cooperação um enfoque mais estratégico para conseguir um maior impacto do Programa, mediante a aplicação de abordagens e soluções territoriais, justifica sua inclusão. A existência de problemáticas e desafios que requerem uma intervenção multidimensional como podem ser, por exemplo, a consolidação da atratividade turística do espaço fronteiriço ou o desafio demográfico e o despovoamento, justifica a necessidade de intervir utilizando fórmulas mais integradas, que abordem os problemas desde uma perspetiva territorial e não setorial. Trata-se de áreas com um alto grau de interações e interdependências, nas quais são necessárias ações simultâneas em diferentes setores (capacitação, emprego, mobilidade, saúde, património natural e cultural, etc.), que podem abordar-se também de forma independente no quadro de outros OP, mas nas que uma intervenção integrada pode contribuir a maximizar o impacto dos recursos investidos.
O OE-Interreg "Uma melhor governação dos programas Interreg"	Voluntário	Selecionou-se com base na necessidade detetada de resolver obstáculos de governação que dificultam a cooperação, bem como pela necessidade de desenvolver ou reforçar capacidades para maximizar os resultados da cooperação e do impacto que esta tem nos cidadãos no espaço POCTEP. Conquanto existe uma importante tradição de cooperação neste espaço fronteiriço, estima-se necessário selecionar o OE-Interreg como catalizador para fazer funcionar essa cooperação ainda melhor e de forma mais sustentável. Tanto a melhoria da eficiência das estruturas existentes como a melhoria da capacidade institucional para desenvolver iniciativas conjuntas de prestação de serviços aos cidadãos ou estratégias de desenvolvimento integrado requer de um enfoque de fortalecimento das capacidades institucionais e da governança.

Finalmente o **OP3. "Uma Europa mais conectada, melhorando a mobilidade e a conectividade regional das TIC,** não se incluiu na proposta estratégica já que, apesar da sua importância, especialmente em relação com a mobilidade e as infraestruturas digitais e conectividade através da Internet, considerou-se mais apropriado e coerente incluir estas dimensões na articulação do OP4 (mobilidade), e OP1 (digitalização). Desta forma, as iniciativas tendentes a cobrir estes desafios poderão integrar-se plenamente no programa de cooperação, assegurando que se contam com os instrumentos adequados para resolver os problemas detetados ou aproveitar as oportunidades.

Prioridades do Programa e Objetivos específicos

Seguindo o estabelecido no mencionado Artigo 17, apartado 2: *"Os programas Interreg são constituídos por prioridades"*, propondo-se um conjunto de 7 prioridades no caso do POCTEP 2021-2027.

- Prioridade 1. Fortalecer o espaço transfronteiriço aproveitando o potencial da cooperação para melhorar a competitividade empresarial, consolidar o ecossistema científico e tecnológico, e fomentar a digitalização.
- Prioridade 2. Incentivar a cooperação para maximizar o aproveitamento dos recursos endógenos do território e o desenvolvimento de setores-chave, avançando na especialização inteligente.
- Prioridade 3. Avançar na transição ecológica e adaptação às mudanças climáticas do espaço transfronteiriço através da cooperação como ferramenta para o fomento da economia verde e a economia azul.
- Prioridade 4. Proteger e conservar a biodiversidade nos espaços naturais e valorizar os ecossistemas naturais e o meio ambiente urbano do espaço transfronteiriço através da cooperação.
- Prioridade 5. Promover a cooperação para o desenvolvimento de condições de vida atrativas na zona fronteiriça em termos de inclusão social, igualdade de oportunidades e acesso aos serviços públicos transfronteiriços.
- Prioridade 6. Impulsionar através da cooperação transfronteiriça o desenvolvimento de estratégias multissetoriais de desenvolvimento integrado e sustentável.
- Prioridade 7. Superar os obstáculos fronteiriços mediante a aplicação de um enfoque transformador de governo multinível à cooperação transfronteiriça.

E, seguindo o mesmo artigo 17, que estabelece que *"Cada prioridade corresponde a um objetivo estratégico único ou, se for caso disso, a um ou a ambos os objetivos específicos do Interreg, respetivamente, ou à assistência técnica. Uma prioridade correspondente a um objetivo estratégico ou, se for caso disso, a um ou a ambos os objetivos específicos do Interreg, respetivamente, deve ser composta por um ou mais objetivos específicos. e o mesmo objetivo estratégico ou específico pode ter várias prioridades"*, cada uma das Prioridades previstas relaciona-se com um Objetivo Político ou um Objetivo Específico Interreg e com um ou vários dos Objetivos Específicos recolhidos no Artigo 2 ponto 1 da Proposta de Regulamento FEDER [COM (2018) 372 final].

De forma transversal, o desenvolvimento de prioridades requer a integração da perspetiva de gênero e igualdade de tratamento para superar as lacunas identificadas no diagnóstico e, assim, contribuir para um crescimento inclusivo que aproveite o talento de todas as pessoas.

Prioridade 1. Fortalecer o espaço transfronteiriço aproveitando o potencial da cooperação para melhorar a competitividade empresarial, consolidar o ecossistema científico e tecnológico, e fomentar a digitalização.

Esta prioridade relaciona-se de forma direta com o OP1 "Uma Europa mais inteligente" e desenvolve-se a partir de três Objetivos específicos que conjuntamente pretendem melhorar o nível de desenvolvimento económico geral do espaço transfronteiriço atuando sobre os principais fatores-chave identificados: fortalecimento do tecido produtivo (essencialmente PMEs), criação de novas empresas, e digitalização dos processos.

Os objetivos específicos pretendem contribuir aos propósitos finais da Prioridade 1 e do OP1:

- OE 1.1. melhorando as capacidades de investigação e inovação e a assimilação de tecnologias avançadas.
- OE 1.2. aproveitando as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas e as Administrações.
- OE 1.3. fomentando o crescimento e a competitividade das PMEs.

Prioridade 2. Incentivar a cooperação para maximizar o aproveitamento dos recursos endógenos do território e o desenvolvimento de setores-chave, avançando na especialização inteligente.

Esta prioridade, que está diretamente relacionada com o OP1 "Uma Europa mais inteligente", mas também tem sinergias com o OP 5. "Uma Europa mais próxima dos cidadãos, promovendo o desenvolvimento integrado e sustentável das zonas urbanas, rurais e costeiras e iniciativas locais", é articulado por meio de um objetivo específico, o OE 1.4. "Desenvolvimento de capacidades para a especialização inteligente, transição industrial e empreendedorismo".

Prioridade 3. Estimular a transição ecológica ecológica e adaptação às mudanças climáticas do espaço transfronteiriço através da cooperação como ferramenta para o fomento da economia verde e a economia azul.

Esta prioridade relaciona-se de forma direta com o OP2 "Uma Europa mais verde e hipocarbónica" e desenvolve-se a partir de três Objetivos específicos, que atuam em três âmbitos diferenciados mas com intensos vínculos e conexões que dão coerência aos propósitos finais da prioridade:

- OE 2.1. promovendo medidas dirigidas à eficiência energética;
- OE 2.2. promovendo as energias renováveis.
- OE 2.4. promovendo a adaptação às alterações climáticas, a prevenção de riscos e a resiliência ante as catástrofes.

Prioridade 4. Proteger e conservar a biodiversidade nos espaços naturais e valorizar os ecossistemas naturais e o meio ambiente urbano do espaço transfronteiriço através da cooperação.

Esta prioridade relaciona-se de forma direta com o OP2 "Uma Europa mais verde e hipocarbónica", de forma análoga à prioridade anterior, mas neste caso a ação será focalizada na proteção e conservação dos espaços naturais de forma que se consiga um sistema de gestão sustentável que permita pôr em valor os ecossistemas naturais e urbanos e aproveitar os recursos endógenos do território.

Para desenvolver esta Prioridade selecionou-se um único Objetivo específico, o OE 2.7, cuja contribuição ao OP 2 poder-se-á materializar "promovendo a biodiversidade, as infraestruturas verdes no meio urbano e reduzindo a contaminação".

Prioridade 5. Promover a cooperação para o desenvolvimento de condições de vida atrativas na zona fronteiriça em termos de inclusão social, igualdade de oportunidades e acesso aos serviços públicos transfronteiriços.

Esta prioridade relaciona-se de forma direta com o OP4 "Uma Europa mais social, mediante a aplicação do pilar europeu de direitos sociais" para melhorar as dinâmicas e funcionamento do mercado de trabalho transfronteiriço e garantir o adequado acesso aos serviços básicos para a população através da melhoria da mobilidade e sistemas de gestão.

Desenvolve-se a partir de três objetivos específicos:

- OE 4.1. melhorando a eficácia dos mercados de trabalho e o acesso ao emprego de qualidade, mediante o desenvolvimento da inovação social e as infraestruturas.
- OE 4.2. melhorando o acesso a serviços inclusivos e de qualidade no âmbito da educação, a formação e a aprendizagem permanente.
- OE 4.4. garantindo a igualdade de acesso à assistência sanitária, incluída a atenção primária.

Prioridade 6. Impulsionar através da cooperação transfronteiriça o desenvolvimento de estratégias multissetoriais de desenvolvimento integrado e sustentável.

Esta prioridade relaciona-se de forma direta com o OP5 "Uma Europa mais próxima dos cidadãos", no qual o desenvolvimento com uma abordagem multissetorial, multinível e multiagente se converte no elemento chave de desenvolvimento deste Objetivo Político.

A identificação dos desafios que requerem uma intervenção com base nesta abordagem, tanto nas zonas rurais e costeiras como nas zonas urbanas do espaço transfronteiriço o OE 5.2, através do qual se procura que o espaço transfronteiriço se converta num território mais próximo dos cidadãos "fomentando o desenvolvimento integrado em matéria social, económica e meio ambiental, o património cultural e a segurança, em particular nas zonas rurais e costeiras através de um desenvolvimento local participativo".

Para implementar esta prioridade definir-se-ão em fases posteriores de desenvolvimento do Programa Operativo as áreas funcionais dentro do espaço de cooperação que se querem apoiar utilizando o OP5 mediante o desenvolvimento de estratégias integradas, dado que a sua seleção deve estar justificada com evidências e requer um amplo consenso entre os agentes chave do Programa.

Relativamente ao mecanismo selecionado para implementar o OP5 através desta prioridade, propõe-se utilizar o terceiro tipo dos três previstos no Artigo 22 da proposta de Regulamento de Disposições Comuns COM(2018) 375 final, isto é, as ferramentas territoriais de apoio às iniciativas desenhadas pelo Estado membro para os investimentos programados para o FEDER alinhados com o OP5.

O uso deste mecanismo permite empregar ferramentas territoriais à medida para implementar as estratégias integradas, por exemplo, através de estruturas já existentes no espaço de cooperação (Eurorregiões, AECT…), de estruturas que se estabeleçam ad hoc (planos territoriais de ação pelo emprego, planos temáticos integrados, planos territoriais integrados), ou através de fundos de pequenos projetos.

A seleção dos mecanismos concretos para implementar as estratégias de desenvolvimento integrado dependerá da tipologia de ações incluídas nas próprias estratégias, pelo que definir-se-á em fases posteriores de desenvolvimento do Programa Operativo.

A gestão e governança desta prioridade mantém-se de forma similar à do resto de prioridades. Os papéis da Autoridade de Gestão e do Comité de Acompanhamento são os mesmos, mas acrescenta-se um nível estratégico, focado numa perspetiva territorial em lugar de uma perspetiva baseada em projetos, no que entram os organismos intermediários gestores das estratégias de desenvolvimento territorial integrado.

Por último, e quanto à seleção de projetos, o método para a implementação desta prioridade difere do tradicional mediante convocações em participação competitiva. A aceitação por parte do Comité de Acompanhamento das estratégias integradas, como quadro para o desenvolvimento de projetos, implicará a aprovação dos projetos associados, no caso de que as estratégias contemplem ações concretas.

Prioridade 7. Superar os obstáculos fronteiriços mediante a aplicação de um enfoque transformador de governo multinível à cooperação transfronteiriça.

Esta prioridade relaciona-se de forma direta com o OE-Interreg "Uma melhor governação dos programas Interreg" e materializar-se-á através de projetos e ações que se desenvolvam no quadro de algum dos três objetivos selecionados, entre os cinco objetivos que se recolhem no artigo 4 da proposta do Regulamento Interreg, que são: capacidade institucional das autoridades públicas, cooperação jurídica e administrativa e outras ações para apoiar uma melhor governação da cooperação (como a melhoria nas competências linguísticas nos idiomas oficiais presentes no espaço de cooperação e nas competências digitais vinculadas ao planeamento, gestão e acompanhamento de projetos).

Os desafios e dificuldades no âmbito da governança afetam múltiplos setores. É por isso pelo que os projetos a desenvolver no quadro desta prioridade podem ser complementares com outros, de maneira que atuem como facilitadores de intervenções enquadradas noutros OP de carácter mais setorial.

Por outro lado, o desenvolvimento de projetos de fortalecimento institucional nesta prioridade supõe uma alavanca para impulsionar o desenvolvimento de estratégias territoriais integradas como o enfoque de intervenção selecionado no quadro do OP5.

Para a implementação desta prioridade poderia recorrer-se à ferramenta "fundo de pequenos projetos", contemplada no artigo 24 da proposta de Regulamento sobre disposições específicas para o objetivo de cooperação territorial europeia (Interreg) COM(2018) 374 final, como mecanismo para desenvolver projetos a menor escala.

Na tabela 1 apresenta-se a lógica da intervenção proposta de forma esquemática:

Tabela 1. Proposta de estrutura de lógica da intervenção Programa Interreg Espanha-Portugal (POCTEP) 2021-2027.

Prioridades do Programa	Objetivos Políticos	Objetivos Específicos
Prioridade 1. Fortalecer o espaço transfronteiriço aproveitando o potencial da cooperação para melhorar a competitividade empresarial, consolidar o ecossistema científico e tecnológico, e fomentar a digitalização	OP 1: «Uma Europa mais inteligente, promovendo uma transformação económica inovadora e inteligente»	OE 1.1. melhorando as capacidades de investigação e inovação e assimilação de tecnologias avançadas. OE 1.2. aproveitando as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas e as Administrações. OE 1.3. fomentando o crescimento e a competitividade das PMEs.
Prioridade 2. Fomentar a cooperação para maximizar o aproveitamento dos recursos endógenos do território e o desenvolvimento de setores-chave, avançando na especialização inteligente	OP 1: «Uma Europa mais inteligente, promovendo uma transformação económica inovadora e inteligente»	OE 1.4. Desenvolvendo capacidades para a especialização inteligente, a transição industrial e empreendedorismo
Prioridade 3. Avançar na transição ecológica e adaptação às mudanças climáticas do espaço transfronteiriço através da cooperação como ferramenta para o fomento da economia verde e a economia azul	OP 2 «Uma Europa mais verde e hipocarbónica, encorajando uma transição energética limpa e equitativa, os investimentos verdes e azuis, a economia circular, a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos»	OE 2.1. promovendo medidas orientadas para a eficiência energética; OE 2.2. promovendo as energias renováveis. OE 2.4. promovendo a adaptação às alterações climáticas, a prevenção de riscos e a resiliência face às catástrofes.
Prioridade 4. Proteger e conservar a biodiversidade nos espaços naturais e valorizar os ecossistemas naturais e o meio ambiente urbano do espaço transfronteiriço através da cooperação.	OP 2 «Uma Europa mais verde e hipocarbónica, encorajando uma transição energética limpa e equitativa, os investimentos verdes e azuis, a economia circular, a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos»	OE 2.7. promovendo a biodiversidade, as infraestruturas verdes no meio urbano e reduzindo a poluição.
Prioridade 5. Promover a cooperação para o desenvolvimento de condições de vida atrativas na zona fronteiriça em termos de inclusão social, igualdade de oportunidades e acesso aos serviços públicos transfronteiriços	OP 4«Una Europa mais social, mediante a aplicação do pilar europeu dos direitos sociais»	OE 4.1. melhorando a eficácia dos mercados de trabalho e o acesso ao emprego de qualidade, por meio do desenvolvimento da inovação social e as infraestruturas. OE 4.2. melhorando o acesso a serviços inclusivos e de qualidade no âmbito da educação, a formação e a aprendizagem permanente. OE 4.4. garantindo a igualdade de acesso à assistência sanitária, incluída a atenção primária.
Prioridade 6. Impulsionar através da cooperação transfronteiriça o desenvolvimento de estratégias multissetoriais de desenvolvimento integrado e sustentável.	OP 5 «Uma Europa mais próxima dos cidadãos, fomentando um desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras, e as iniciativas locais» («OP 5»):	OE 5.2 fomentando o desenvolvimento integrado em matéria social, económica e ambiental, o património cultural e a segurança, em particular nas zonas rurais e costeiras através de um desenvolvimento local participativo.

Prioridades do Programa	Objetivos Políticos	Objetivos Específicos
Prioridade 7. Superar os obstáculos fronteiriços mediante a aplicação de um enfoque transformador de governo multinível à cooperação transfronteiriça.	OE-Interreg: "Uma melhor governação para os programas Interreg"	1, 2, 6 - Capacidade institucional, cooperação jurídica e administrativa, ações, melhor governança.

AT+ Igualdade de oportunidades e tratamento, e desenvolvimento sustentável

2.3. Justificação dos Objetivos Políticos, os Objetivos Específicos Interreg, as prioridades correspondentes e os Objetivos Específicos selecionados

Neste apartado apresenta-se para cada um dos OE selecionados, a Prioridade e Objetivo Político com o qual estão diretamente relacionados, uma breve justificação das razões para sua seleção face a outras alternativas programáticas possíveis (no quadro das propostas do RDC, o Regulamento FEDER e o Regulamento Interreg) e uma proposta preliminar do tipo de atuações que se poderiam incluir no Programa.

Esta proposta de atuações elaborou-se a partir da listagem recolhida no Anexo I da proposta de RDC.

Prioridade	Prioridade 1. Fortalecer o espaço transfronteiriço aproveitando o potencial da cooperação para melhorar a competitividade empresarial, consolidar o ecossistema científico e tecnológico, e fomentar a digitalização.
OP selecionado ou OE Interreg selecionado	OP 1. Uma Europa mais inteligente, promovendo uma transformação económica inovadora e inteligente.
OE selecionado	OE 1.1: melhorando as capacidades de investigação e inovação e a assimilação de tecnologias avançadas;

Justificação da seleção

A disponibilização de infraestruturas para a produção e transferência de conhecimentos deve ser acompanhada do desenvolvimento dos processos e da disponibilização dos recursos necessários para os processos de inovação.

A seleção deste objetivo justifica-se pela necessidade de continuar a avançar em certos aspetos relacionados com a I&D+I onde existe uma larga margem de melhoria nesta área, como a capacidade de transformar os resultados da investigação em opções comerciais viáveis, o incremento da colaboração público-privada na produção e divulgação do conhecimento ou o reforço do pessoal de investigação.

A proposta sobre o tipo de ações a financiar inclui:

- Atividades de investigação e inovação em centros de investigação, no ensino superior e em centros de competências, incluída a criação de redes (investigação industrial, desenvolvimento experimental, estudos de viabilidade).
- Investimento em ativos imateriais em centros de investigação e no ensino superior diretamente vinculados a atividades de investigação e inovação.
- Ações que promovam a transferência de tecnologia para o setor privado e a comercialização da inovação para promover a entrada ou melhorar a posição competitiva de empresas no mercado.
- Ações de intercâmbio de pessoal investigador e estudantes na fronteira para o desenvolvimento, produção e divulgação de ciência e tecnologia.
- Ações de transferência de conhecimento científico, inovador ou tecnológico entre centros e agentes do espaço de cooperação.

Prioridade	Prioridade 1. Fortalecer o espaço transfronteiriço aproveitando o potencial da cooperação para melhorar a competitividade empresarial, consolidar o ecossistema científico e tecnológico, e fomentar a digitalização.
OP selecionado ou OE Interreg selecionado	OP 1: Uma Europa mais inteligente, promovendo uma transformação económica inovadora e inteligente.
OE selecionado	OE 1.2. Aproveitando as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas e as Administrações.

Justificação da seleção

A transformação digital afeta todos os sectores da economia e está a mudar a forma como vivemos, trabalhamos e comunicamos, é uma área de ação em que a cooperação transfronteiriça pode tirar partido de experiências diferenciadas, mas também complementaridades e sinergias entre ambos os lados da fronteira e melhorar em conjunto.

Pretende-se que o avanço na digitalização do território seja realizado a partir da tripla perspetiva do tecido produtivo, das administrações e das entidades públicas que prestam serviço aos cidadãos, dos próprios cidadãos, com especial atenção às zonas rurais, que têm as maiores diferenças, mas que poderão obter vantagens competitivas significativas e para a inclusão social deste processo de transformação digital.

Com a inclusão dessas ações para promover a conectividade regional das TIC, são contempladas as oportunidades detetadas no OP 3.

A proposta sobre o tipo de ações a financiar inclui:

- Digitalização das PME (incluindo negócios eletrónicos e comércio eletrónico e processos empresariais em rede, polos de inovação digital, laboratórios vivos, ciber-empreendedores, empresas emergentes baseadas nas TIC, comércio eletrónico entre empresas), especialmente nos principais setores da zona de cooperação.
- Soluções TIC para a Administração, serviços eletrónicos, aplicações.
- Apoio para o desenvolvimento das capacidades digitais
- Promover soluções conjuntas para o desenvolvimento e fortalecimento da supercomputação e processamento de dados; para o desenvolvimento e acesso a plataformas abertas e espaços de dados industriais para inteligência artificial.
- Promover projetos de proteção (cibersegurança) da economia digital, da sociedade e do espaço transfronteiriço.
- Serviços e aplicações para capacidades e competências digitais e inclusão digital.
- Serviços e aplicações de e-Saúde (incluindo e-atendimento, Internet das coisas para a atividade física e vida quotidiana assistida pelo ambiente (ambient assisted living (AAL)).
- Promoção de procedimentos digitais transfronteiriços.
- Captação e sistematização de informação digital transfronteiriça de qualidade e fiável no domínio do emprego, serviços sociais e de assistência.

Prioridade	Prioridade 1. Fortalecer o espaço transfronteiriço aproveitando o potencial da cooperação para melhorar a competitividade empresarial, consolidar o ecossistema científico e tecnológico, e fomentar a digitalização.
OP selecionado ou OE Interreg selecionado	OP 1: Uma Europa mais inteligente, promovendo uma transformação económica inovadora e inteligente.
OE selecionado	OE 1.3: Fomentando o crescimento e a competitividade das PMEs

Justificação da seleção

Embora a situação da pandemia global esteja a provocar uma forte contração na economia e no emprego, antes desta circunstância, já se tinha constatado um retrocesso da economia no espaço de cooperação e no processo de convergência com a UE27.

As características do tecido empresarial e produtivo presente na área, na sua maioria PME e microempresas com dificuldades no acesso ao financiamento, à inovação, à atração e à retenção de talento, e à internacionalização da sua atividade, estão na origem desta perda na criação de valor acrescentado.

Neste contexto, a seleção deste OE é considerada oportuna, o que permitirá desenvolver ações de cooperação como um meio para que as empresas atinjam uma dimensão ideal que lhes permita aumentar a capacidade de produção e melhorar os seus níveis de rentabilidade e competitividade.

A proposta sobre o tipo de ações a financiar inclui:

- Atividades de investigação e inovação em microempresas e em pequenas e médias empresas incluindo a criação de redes (investigação industrial, desenvolvimento experimental, estudos de viabilidade).
- Apoio a pólos e redes de empresas inovadoras, especialmente em benefício das PME.
- Ações de desenvolvimento e cooperação empresarial para a internacionalização das PME; desenvolvimento da investigação e internacionalização em co-promoção; projetos de *screen*, permitindo a identificação de pontos fortes e fracos da inovação, qualificação e internacionalização das empresas.
- Apoio a projetos de economia circular para desenvolver ideias inovadoras que contribuam para o crescimento sustentável.
- Serviços avançados de apoio às PMEs e clusters de PMEs (incluindo serviços de gestão, marketing e conceção).
- Processos de inovação nas PMEs (processos, organização, comercialização, criação conjunta, e inovação centrada no utilizador e orientada para a procura).

Prioridade	Prioridad 2. Fomentar a cooperação para maximizar o aproveitamento dos recursos endógenos do território e o desenvolvimento de setores-chave, avançando na especialização inteligente.
OP selecionado ou OE Interreg selecionado	OP 1: Uma Europa mais inteligente, promovendo uma transformação económica inovadora e inteligente.
OE selecionado	OE 1.4: Desenvolvendo capacidades para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo.

Justificação da seleção

No espaço transfronteiriço, situa-se um sector industrial que gera uma parte importante do valor acrescentado que deve ser apoiado para se consolidar como setor de referência no território e alcançar uma transformação deste sector numa indústria moderna, digitalizada e especializada nos subsetores identificados nas estratégias regionais de Especialização Inteligente em Investigação e Inovação (RIS3).

Tendo em conta as necessidades de formação e reforço da competitividade das PME, que podem ser alcançadas através do desenvolvimento de capacidades de especialização inteligente, serão promovidas outras atividades identificadas nas RIS3.

A seleção deste OE justifica-se também pela consideração do empreendedorismo, uma vez que se trata de um território em que a taxa de criação de empresas deve melhorar assim como a taxa de permanência no mercado.

A proposta sobre o tipo de ações a financiar inclui:

- Desenvolvimento das capacidades de especialização inteligente, transição industrial e empreendedorismo.
- Incubação de empresas segregadas (criadas a partir de outra iniciativa, como spin-offs, filiais, etc.), capital semente, start-up e apoio às mesmas.
- Transferência de tecnologia e cooperação entre empresas, centros de investigação o setor da educação.

Prioridade	Prioridade 3. Avançar na transição ecológica e adaptação às mudanças climáticas do espaço transfronteiriço através da cooperação como ferramenta para o fomento da economia verde e a economia azul.
OP selecionado ou OE Interreg selecionado	OP 2. Uma Europa mais verde e hipocarbónica, promovendo a transição para uma energia limpa e justa, os investimentos verdes e azuis, a economia circular, a adaptação às alterações climáticas e a prevenção dos riscos.
OE selecionado	OE 2.1: Promovendo medidas orientadas para a eficiência energética.

Justificação da seleção

No âmbito da transição para um território cujo sistema de produção assente nos alicerces da economia verde e da economia azul, a melhoria da eficiência energética é considerada uma peça central desta nova forma de produzir e consumir. Pretende-se apostar na implementação de sistemas que reduzam o consumo de energia primária em todas as áreas, mas sobretudo nos setores dos transportes e indústria.

A proposta sobre o tipo de ações a financiar inclui:

- Eficiência energética e projetos de demonstração em PMEs e medidas de apoio.
- Renovação da eficiência energética do parque imobiliário existente, projetos de demonstração e medidas de apoio.
- Renovação da eficiência energética das infraestruturas públicas, projetos de demonstração e medidas de apoio.
- Apoio às empresas prestadoras de serviços que contribuem para a economia com baixas emissões de carbono e para a resiliência face às alterações climáticas.
- Sistemas de distribuição de energia inteligentes de média e baixa tensão (incluindo redes inteligentes e sistemas de TIC) e seu armazenamento.
- Cogeração de alta eficiência, calefação e refrigeração urbanas.

Prioridade	Prioridade 3. Avançar na transição ecológica e adaptação às mudanças climáticas do espaço transfronteiriço através da cooperação como ferramenta para o fomento da economia verde e a economia azul.
OP selecionado ou OE Interreg selecionado	OP 2. Uma Europa mais verde e hipocarbónica, promovendo a transição para uma energia limpa e justa, os investimentos verdes e azuis, a economia circular, a adaptação às alterações climáticas e a prevenção dos riscos.
OE selecionado	OE 2.2. Promovendo as energias renováveis.

Justificação da seleção

Impulsionar a transição energética justa para um futuro modelo social, económico e ambiental no qual o consumo de combustíveis fósseis se reduza até níveis climaticamente neutros, e baseada na promoção de um sistema energético descentralizado, democrático e sustentável, passa por aumentar a proporção de energia proveniente de fonte renovável, e preferencialmente de proximidade, no consumo final bruto, em coerência com as políticas de redução de emissões de gases de efeito de estufa.

Em conformidade com a Diretiva 2009/28/CE que estabelece um objetivo vinculativo de consumo final bruto de energia procedente de fontes renováveis para 2020, Portugal comprometeu-se a atingir os 31% e Espanha 20%. Contempla-se ainda chegar aos 10% de energia renovável no sector transporte.

Para cumprir com estas percentagens é necessária a inclusão deste tipo de atuações para o seu desenvolvimento desde um enfoque transfronteiriço da cooperação.

A proposta sobre o tipo de ações a financiar inclui:

- Ações de alavancagem e desenvolvimento de energias renováveis: eólica
- Ações de alavancagem e desenvolvimento de energias renováveis: solar
- Ações de alavancagem e desenvolvimento de energias renováveis: biomassa
- Ações de alavancagem e desenvolvimento de energias renováveis: geotermia
- Ações de alavancagem e desenvolvimento de outras energias renováveis (hidrogénio verde, água marinha).
- Ações de alavancagem de uso de energias renováveis no transporte.

Prioridade	Prioridade 3. Avançar na transição ecológica e adaptação às mudanças climáticas do espaço transfronteiriço através da cooperação como ferramenta para o fomento da economia verde e a economia azul.
OP selecionado ou OE Interreg selecionado	OP 2. Uma Europa mais verde e hipocarbónica, promovendo a transição para uma energia limpa e justa, os investimentos verdes e azuis, a economia circular, a adaptação às alterações climáticas e a prevenção dos riscos.
OE selecionado	OE 2.4: Promovendo a adaptação às alterações climáticas, a prevenção de riscos e a resiliência face às catástrofes.

Justificação da seleção

As alterações climáticas devem ser enfrentadas a todos os níveis territoriais, sendo imprescindível a ação a escalas reduzidas em espaços específicos que partilham características e interesses comuns, como é o caso da zona transfronteiriça de Espanha e Portugal.

Portanto, deve-se promover ações em assuntos que estão diretamente indexados ao combate às mudanças do Clima, ajudando a prevenir e mitigar os impactos negativos que podem ser gerados no território.

Deve-se continuar a atuar para reduzir as emissões de gases de efeito estufa no território, aumentar o peso das energias renováveis no consumo final bruto de energia, aliviar a pressão sobre os recursos hídricos e fazer face aos riscos naturais de maior impacto na área, que são principalmente secas, inundações e riscos de incêndios florestais.

A proposta sobre o tipo de ações a financiar inclui:

- Apoio a processos de produção respeitosos com o meio ambiente, a circularidade da economia e economia azul.
- Ações de promoção da gestão eficiente no consumo de materiais: redução, reutilização, reciclados como matérias primas, etc.
- Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos relacionados com o clima: outros riscos, como tempestades e secas (incluída a sensibilização, a proteção civil e os sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes) e incêndios.
- Prevenção e gestão de riscos naturais não relacionados com o clima (como terramotos) e de riscos relacionados com atividades humanas (como acidentes tecnológicos) incluída a sensibilização, a proteção civil e os sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes.
- Valorização e a gestão adequada dos recursos agro-florestais que contribuem a uma maior resiliência do território e a prevenir secas extremas e eventos de inundação.
- Ações para a recuperação e regeneração de áreas afetadas por desastres naturais.
- Gestão e conservação dos recursos hídricos (incluída a gestão das bacias hidrográficas, medidas específicas de adaptação à mudança climática, reutilização, redução de escapes), no quadro da Diretora da Água.
- Ações relacionadas com a quantidade, a qualidade, o planeamento, o uso eficiente, a monitorização e a conservação da água.

Nota: A promoção da economia circular, chave no novo modelo de produção e consumo, é transversal no OE 2.4: Promovendo a adaptação às mudanças climáticas, a prevenção de riscos e a resiliência ante as catástrofes, o OE 2.7: Promovendo a biodiversidade, as infraestruturas verdes no meio urbano e reduzindo a poluição; e OE 1.3: Fomentando o crescimento e a competitividade das PME.

Prioridade	Prioridade 4. Proteger e conservar a biodiversidade nos espaços naturais e valorizar os ecossistemas naturais e o meio ambiente urbano do espaço transfronteiriço através da cooperação.
OP selecionado ou OE Interreg selecionado	OP 2. Uma Europa mais verde e hipocarbónica, promovendo a transição para uma energia limpa e justa, os investimentos verdes e azuis, a economia circular, a adaptação às alterações climáticas e a prevenção dos riscos.
OE selecionado	OE 2.7: Promovendo a biodiversidade, as infraestruturas verdes no meio urbano e reduzindo a poluição.

Justificação da seleção

A zona fronteiriça partilhada por Espanha e Portugal caracteriza-se por integrar zonas com elevado valor ecológico, uma importante diversidade biológica, quer em habitats quer em espécies animais e vegetais, pelo que existem muitas áreas naturais sob alguma forma de proteção.

Esses espaços precisam de melhorias nos seus sistemas de conservação, gestão, uso e, fundamentalmente, coordenação entre os agentes para valorizar de forma eficiente os recursos endógenos que contêm, sem comprometer o equilíbrio dos ecossistemas que hospedam.

A proposta sobre o tipo de ações a financiar inclui:

- Proteção, restauro e uso sustentável dos espaços Natura 2000 e dos espaços dotados de qualquer nível elevado de proteção (ZEPA).
- Valorização de espécies, plantas e animais autóctones;
- Atividade agrícola tradicional que contribui para a preservação da biodiversidade.
- Simbiose urbano-rural
- Proteção e uso sustentável dos recursos naturais, proteção da natureza e da biodiversidade e "Infraestruturas verdes"
- Ações de planificação, melhoria e gestão conjunta de áreas naturais
- Proteção da biodiversidade dos ecossistemas marinhos e do espaço marítimo-terrestre.
- Promoção do tratamento de resíduos comerciais, industriais ou perigosos.
- Ações para erradicar as práticas mais poluentes e nocivas para o meio ambiente.

Prioridade	Prioridade 5. Promover a cooperação para o desenvolvimento de condições de vida atrativas na zona fronteiriça em termos de inclusão social, igualdade de oportunidades e acesso aos serviços públicos transfronteiriços.
OP selecionado ou OE Interreg selecionado	OP4. Uma Europa mais social, através da aplicação do pilar europeu dos direitos sociais.
OE seleccionado	OE 4.1. melhorando a eficácia dos mercados de trabalho e o acesso ao emprego de qualidade, mediante o desenvolvimento da inovação social e as infraestruturas.

Justificação da seleção

A relação entre a perda de população e a situação do mercado de trabalho é evidente, pelo que o aumento das possibilidades de acesso a um emprego de qualidade no território transfronteiriço será um fator chave para a retenção da população, reduzindo os riscos para a manutenção da estruturação territorial e da coesão social.

Além de melhorar o acesso ao mundo do trabalho em geral, este OE visa responder ao desafio de reduzir a desigualdade de género existente e as desigualdades territoriais internas na área transfronteiriça em termos de taxas de emprego e desemprego.

A proposta sobre o tipo de ações a financiar inclui:

- Ações para melhorar o acesso ao emprego.
- Ações para promover o acesso ao emprego para os desempregados de longa duração.
- Ações específicas de apoio ao emprego juvenil e à integração e integração socioeconómica dos jovens
- Ações de apoio ao ajuste entre procura e oferta de emprego e transições no mercado de trabalho
- Ações para promover a participação das mulheres e reduzir a segregação de género no mercado de trabalho
- Ações para um ambiente de trabalho saudável e bem adaptado para enfrentar os riscos para a saúde, incluindo a promoção da atividade física.

Prioridade	Prioridade 5. Promover a cooperação para o desenvolvimento de condições de vida atrativas na zona fronteiriça em termos de inclusão social, igualdade de oportunidades e acesso aos serviços públicos transfronteiriços.
OP selecionado ou OE Interreg selecionado	OP4. Uma Europa mais social, através da aplicação do pilar europeu dos direitos sociais.
OE seleccionado	OE 4.2. melhorando o acesso a serviços inclusivos e de qualidade no âmbito da educação, da formação e a aprendizagem permanente.

Justificação da seleção

Fortemente relacionado com o OE 4.1. (eficiência dos mercados de trabalho), a justificação da escolha deste OE decorre da necessidade de melhorar o nível de escolaridade de uma parte significativa da população da zona transfronteiriça, a fim de melhorar essas possibilidades de acesso a empregos de qualidade.

Entre as fragilidades identificadas na análise territorial encontram-se as elevadas taxas de abandono escolar precoce e de jovens que não trabalham nem estudam, percentagens elevadas da população economicamente ativa, especialmente entre os homens, nos níveis de escolaridade mais baixos (níveis 0 a 2 da educação de base) e um peso reduzido da população com estudos médios-técnicos, tanto homens como mulheres, o que gera escassez de mão de obra qualificada.

A proposta sobre o tipo de ações a financiar inclui:

- Ações para melhorar o acesso equitativo à educação de qualidade.
- Ações de intercâmbio escolar transfronteiriço.
- Estratégias conjuntas para impedir o abandono escolar na área transfronteiriça.
- Ações de formação de adultos que aumentem o seu nível de qualificação profissional.
- Desenho curricular comum em temas transversais, como educação ambiental e consumo responsável.
- Apoio à adaptação à mudança de trabalhadores e empreendedores transfronteiriços com base na formação contínua.

Prioridade	Prioridade 5. Promover a cooperação para o desenvolvimento de condições de vida atrativas na zona fronteiriça em termos de inclusão social, igualdade de oportunidades e acesso aos serviços públicos transfronteiriços.
OP selecionado ou OE Interreg selecionado	OP4. Uma Europa mais social, através da aplicação do pilar europeu dos direitos sociais.
OE selecionado	OE 4.4. garantindo a igualdade de acesso à assistência sanitária, incluída a atenção primária.

Justificação da seleção

É importante levar em consideração que a situação de crise sanitária, gerada pelo surgimento no cenário mundial da COVID-19, tem revelado claramente algumas fragilidades e deficiências que a população já sofria em relação ao acesso aos cuidados de saúde no espaço transfronteiriço, pelo que é importante melhorar o acesso a serviços de saúde de qualidade, sustentáveis e acessíveis.

Pretende-se com este objetivo desenvolver ações que permitam, a partir da cooperação entre agentes e instituições dos dois lados da fronteira, que se possam desenvolver fórmulas para partilhar recursos, metodologias, experiências e infraestruturas na área da saúde no espaço transfronteiriço.

A proposta sobre o tipo de ações a financiar inclui:

- Ações para melhorar o acesso equitativo e oportuno a serviços de qualidade, sustentáveis e acessíveis.
- Ações para melhorar a acessibilidade, eficiência e resiliência dos sistemas de saúde.
- Ações para desenvolver recursos partilhados no âmbito da saúde na área transfronteiriça.
- Ações de promoção do envelhecimento ativo e saudável.
- Digitalização no setor de saúde para facilitar o acesso partilhado no espaço transfronteiriço.

Prioridade	Prioridade 6. Impulsionar através da cooperação transfronteiriça o desenvolvimento de estratégias multissetoriais de desenvolvimento integrado e sustentável.
OP selecionado ou OE Interreg selecionado	OP 5. Uma Europa mais próxima dos cidadãos, fomentando o desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras e as iniciativas locais.
OE selecionado	OE 5.2: Fomentando o desenvolvimento integrado em matéria social, económica e ambiental, o património cultural e a segurança, em particular nas zonas rurais e costeiras através de um desenvolvimento local participativo.

Justificação da seleção

A seleção do SO 5.2 baseou-se nas características físicas e no sistema de ocupação do espaço transfronteiriço, no qual coexistem áreas urbanas com áreas rurais, de forma a materializar o espaço de cooperação, ações eficazes e eficientes que produzam resultados verificáveis e mensuráveis em resposta a desafios multitemáticos por meio de intervenções de desenvolvimento integrado que implicam a necessidade de realizar intervenções simultâneas e interconectadas em diferentes setores.

Esta seleção baseia-se nos critérios expressos pela Comissão Europeia, DG Regio (Unidades D1 e D2) em resposta a questões colocadas pela comunidade Interreg, embora deva ser confirmada em fases posteriores de desenvolvimento do Programa Operacional, uma vez aprovadas as versões finais dos regulamentos aplicáveis.

Nas análises efetuadas sobre as possibilidades de maximizar os efeitos e os impactos das ações de cooperação transfronteiriça identificaram a necessidade de complementar as ações de cooperação que podem ser implementadas centradas em sectores específicos na zona transfronteiriça com estratégias territoriais mais pequenas, em áreas funcionais, nas quais todas (ou parte importante) das áreas de atividade económica e/ou social têm cabimento de forma integrada e com a aplicação de princípios de sustentabilidade, em resposta a desafios multissectoriais comuns.

A proposta sobre o tipo de ações a financiar inclui:

- Ações de promoção do turismo sustentável (desportivo, gastronómico, cultural, de natureza...) na zona transfronteiriça.
- Ações de proteção, desenvolvimento e promoção dos ativos do turismo público e serviços de turismo afins.
- Ações de proteção, desenvolvimento e promoção do património cultural e os serviços culturais.
- Ações de proteção, desenvolvimento e promoção do património cultural e o turismo ecológico.
- Ações de regeneração do meio físico e segurança de espaços públicos.
- Ações relacionadas com o apoio social;
- Ações relacionadas com a promoção da saúde;
- Ações relacionadas com a formação profissional e a formação das populações do território;
- Ações relacionadas com a educação e a cidadania.
- Todas as ações incluídas nas estratégias de desenvolvimento territorial integral desenvolvidas no âmbito desta prioridade, nas áreas funcionais da área de cooperação

Prioridade	Prioridade 7. Superar os obstáculos fronteiriços persistentes mediante a aplicação de um enfoque transformador de governo multinível à cooperação transfronteiriça.
OP selecionado ou OE Interreg selecionado	OE-Interreg: Uma melhor governação dos programas Interreg (ISO1).
OE selecionado	1, 2, 6 - Capacidade institucional, cooperação jurídica e administrativa, outras ações para apoiar uma melhor governança

Justificação da seleção

A integração dos OE-Interreg (ISO) está prevista na proposta do Regulamento Interreg no seu artigo 14. No caso do POCTEP opta-se por selecionar o Objetivo "Uma melhor governação para os programas Interreg"(ISO1), ante a necessidade identificada de articular o importante número de estruturas de cooperação existentes no território, e melhorar a sua eficiência, para amplificar o impacto no território da sua ação e maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis, evitando duplicidades e potenciando sinergias e complementaridades.

Também resultou fundamental para a seleção deste OE, a necessidade de superar as limitações derivadas da capacidade institucional das administrações públicas com competências no espaço de cooperação, com especial incidência na prestação de serviços conjuntos aos cidadãos.

Esta prioridade e os seus objetivos específicos ou tipos de atividades são altamente complementares com a prioridade 6, ligada ao OP5, de forma a facilitar a conceção de estratégias de desenvolvimento integrado nos casos em que ainda não existam.

A proposta sobre o tipo de ações a financiar inclui:

- Ações de melhoria da capacidade institucional das administrações públicas.
- Ações de promoção e fortalecimento da cooperação jurídica e administrativa.
- Outras ações para apoiar uma melhor governação da cooperação.
- Ações para identificação ao nível fronteiriço de entraves administrativos, jurídicos ou legais, entre outros.
- Ações preparatórias para a formulação de estratégias de desenvolvimento territorial integrado.
- Ações setoriais para a eliminação de obstáculos fronteiriços (educação, transporte e mobilidade, saúde ...).

2.4. Alinhamento do Projeto de Estratégia Conjunta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o avanço na aplicação da Agenda 2030 na União Europeia

A resposta da UE à Agenda 2030 tem consistido principalmente em integrar os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no quadro das políticas europeias e nas atuais prioridades da Comissão, por uma parte, e, por outra, no desenvolvimento de um trabalho amplo de reflexão sobre o desenvolvimento adicional da visão da UE sobre do desenvolvimento sustentável a mais longo prazo, para depois de 2020. Além disso, a partir de 2017, a Comissão tem informado periodicamente dos avanços da UE na aplicação da Agenda 2030.

Neste quadro de compromisso e contribuição para o avanço no cumprimento dos ODS e suas metas concretas, cabe assinalar que a proposta de programação do POCTEP 2021-2017 e a Agenda 2030 têm objetivos comuns como o crescimento económico inclusivo e sustentável, a redução das desigualdades ou a gestão sustentável dos recursos, entre outros.

Portanto, o alinhamento dos objetivos específicos selecionados no quadro da proposta de programação para o POCTEP 2021-2017 marcará a possibilidade de medir a contribuição do mesmo para o avanço dos ODS e suas metas correspondentes no quadro da Agenda 2030.

Através da proposta de programação para o POCTEP 2021-2027, avançar-se-á de forma direta (isto é, produz-se uma contribuição direta por parte de algum dos OE selecionados) no cumprimento dos 16 ODS e das 39 metas, e de forma conjunta pelo próprio desenvolvimento do POCTEP 2021-2027 em 1 ODS adicional (ODS 10) e 7 metas adicionais.

Figura 3. Contribuição prevista da proposta do POCTEP 2021-2027 para a Agenda 2030 da ONU através do avanço nos ODS.

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2. Alinhamento da proposta de estrutura do POCTEP 2021-2027 com os ODS e suas metas. Contribuições diretas por OE.

Prioridades	Objetivos Políticos	Objetivos Específicos	Metas ODS	ODS	Temático
Prioridade 1. Competitividade empresarial, I+D+i e digitalização.	OP 1: Uma Europa mais inteligente.	OE 1.1. melhorando as capacidades de investigação e inovação e a assimilação de tecnologias avançadas	Meta 8.2 Aumentar a produtividade através da diversificação, a tecnologia e a inovação	ODS 8: Trabalho Digno e Crescimento Económico	Prosperidade
			Meta 9.B Desenvolvo tecnológico, investigação e inovação	ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestruturas	
			Meta 9.5 Aumento da investigação científica, capacidade tecnológica		
			Meta 17.6 Transferência de tecnologia melhorada	ODS 17: Parcerias para a Implementação dos Objetivos	Parcerias
			Meta 17.7 Promover uma tecnologia respeitosa com o meio ambiente		
		OE 1.2. aproveitando as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas e as Administrações.	Meta 5.B Melhorar o uso da tecnologia e as TIC	ODS 5: Igualdade de género	Pessoas
			Meta 9.C Maior acesso aos CAT e Internet	ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestruturas	Prosperidade
		OE 1.3. fomentando o crescimento e a competitividade das PMEs	Meta 8.1 Manter o crescimento económico	ODS 8: Trabalho Digno e Crescimento Económico	Pessoas
			Meta 8.3 Promoção das pequenas e médias empresas		
			Meta 9.3 Maior acesso das PME aos serviços financeiros e às correntes de valor	ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestruturas	Prosperidade
Prioridade 2. Promoção do turismo e setores estratégicos, economia circular	OP 1: Uma Europa mais inteligente.	OE 1.4. desenvolvendo capacidades para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendimento.	Meta 8.2 Aumentar a produtividade através da diversificação, a tecnologia e a inovação	ODS 8: Trabalho Digno e Crescimento Económico	Prosperidade
			Meta 9.2 Promover uma indústria inclusiva e sustentável	ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestruturas	

Prioridades	Objetivos Políticos	Objetivos Específicos	Metas ODS	ODS	Temático
Prioridade 3. Transição ecológica e fomento da economia verde e a economia azul.	OP 2: Uma Europa mais verde e hipocarbónica.	OE 2.1. promovendo medidas dirigidas à eficiência energética	Meta 7.3. Melhor eficiência energética	ODS 7: Energía asequible y no contaminante.	Planeta
		OE 2.2. promovendo as energias renováveis	Meta 7.2 Aumento das energias renováveis	ODS 7: Energias Renováveis e Acessíveis.	Planeta
		OE 2.4. promovendo a adaptação à mudança climática, a prevenção de riscos e a resiliência ante as catástrofes:	Meta 1.5 Resiliência aos desastres ambientais, económicos e sociais	ODS 1: Erradicar a pobreza	Pessoas
			Meta 6.4 Aumentar o uso eficiente dos recursos hídricos	ODS 6: Água potável e saneamento	Planeta
			Meta 6.6 Proteção dos ecossistemas relacionados com a água		
			Meta 13.2 Incorporação das Alterações Climáticas às políticas, estratégias e planos nacionais	ODS 13: Ação Climática	
			Meta 15.1 Assegurar a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas	ODS 15: Proteger a Vida Terrestre	
			Meta 15.2 Gestão florestal sustentável		
			Meta 15.5 Medidas contra a degradação e a perda de biodiversidade		
			Meta 15.7 Combater a caça furtiva e as espécies protegidas		
			Meta 15.9 Integração de planos sensíveis ao meio ambiente		
			Meta 15.B Aumento dos recursos para a gestão florestal.		

Prioridades	Objetivos Políticos	Objetivos Específicos	Metas ODS	ODS	Temático
Prioridade 4. Biodiversidade, ecossistemas naturais e meio ambiente urbano	OP 2: Uma Europa mais verde e hipocarbónica. .	OE 2.7. promovendo a biodiversidade, as infra-estruturas verdes no meio urbano e reduzindo a contaminação;	Meta 9.1 Desenvolvimento de infra-estrutura sustentável	ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestruturas	Prosperidade
			Meta 12.2 Conseguir um uso eficiente dos recursos naturais	ODS12: Padrões de Consumo e Produção Responsáveis	Planeta
			Meta 9.1 Desenvolvimento de infra-estrutura sustentável	ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestruturas	
Prioridade 5 Despovoamento e acesso a serviços	OP 4: Uma Europa mais social	OE 4.1. melhorando a eficácia dos mercados de trabalho e o acesso ao emprego de qualidade, mediante o desenvolvimento da inovação social e as infraestruturas.	Meta 8.6. Reduzir a proporção de jovens que não trabalham nem estudam	ODS 8: Trabalho Digno e Crescimento Económico	Prosperidade
			Meta 8.8. Proteger os direitos laborais e o trabalho seguro		
		OE 4.2. melhorando o acesso a serviços inclusivos e de qualidade no âmbito da educação, a formação e a aprendizagem permanente.	Meta 4.4. Jovens e adultos com as competências necessárias para ter acesso ao emprego	ODS 4: Educação de qualidade	Pessoas
			Meta 4.5. Igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis		
		OE 4.4. garantindo a igualdade de acesso à assistência sanitária, incluída a atenção primária.	Meta 3.8 Alcançar cobertura sanitária universal e acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade	ODS 3. Saúde e bem-estar	Pessoas
Prioridade 6. Desenvolvimento integrado e sustentável.	OP 5: Uma Europa mais próxima dos cidadãos.	OE 5.2 fomentando o desenvolvimento integrado em matéria social, económica e meio ambiental, o património cultural e a segurança, em particular nas zonas rurais e costeiras através de um desenvolvimento local participativo.	Meta 4.4 Aumento das habilidades de acesso ao emprego	ODS 4: Educação de qualidade	Pessoas
			Meta 8.9 Promoção do turismo sustentável	ODS 8: Trabalho Digno e Crescimento Económico	Prosperidade
			Meta 11.4 Proteção do património cultural e natural	ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis	
			Meta 11.A Apoio aos vínculos entre as zonas urbanas, periurbanas e rurais		
			Meta 12.B Conseguir um turismo sustentável	ODS12: Padrões de Consumo e produção Responsáveis	Planeta

Prioridades	Objetivos Políticos	Objetivos Específicos	Metas ODS	ODS	Temático
Prioridade 7. Governo multinível	OE-Interreg: " Uma melhor governação Interreg "		Meta 17.14 Melhorar a coerência das políticas Meta 17.17 Promoção das parcerias público-privadas	ODS 17: Parcerias para a Implementação dos Objetivos	Parcerias

Tabela 3. Contribuições diretas pelo conjunto do Programa aos ODS e suas metas.

	Temática	ODS	Metas ODS
Programação conjunta da proposta POCTEP 2021-2027	Pessoas	ODS 1: Erradicar a pobreza	Meta 1.2 Reduzir a pobreza relativa em todas suas dimensões
		ODS 5: Igualdade de género	Meta 5.1 Pôr fim à discriminação
			Meta 5.5 Assegurar a plena participação das mulheres e a igualdade de oportunidades
	Prosperidade	ODS 8: Trabalho Digno e Crescimento Económico	Meta 8.5 Conseguir o pleno emprego e o trabalho decente
		ODS 10: Reduzir as Desigualdades	Meta 10.2 Promover a inclusão social, económica e política
			Meta 10.3 Assegurar a igualdade de oportunidades
	Parcerias	ODS 16: Paz, justiça e instituições sólidas.	Meta 16.7 Participação cidadã

Fonte: Elaboração própria.

CON
SIDE
RA

GRUPO CONSIDERA S.L.

Américo Vespucio, 5.1, 2ª planta, módulo 10. PCT Cartuja. 41092 - Sevilla
Paseo de la Libertad 6, 1º izq. 02001 - Albacete
Calle, Ruzafa 56, 4º, Pta 8. 46006 - Valencia

info@considera.es | www.considera.es